

MARIA ISABEL ANTUNES-ROCHA
MARIA DE FÁTIMA A. MARTINS

FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO

Repercussões na trajetória docente de egressos da licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta resultados parciais do programa de pesquisa em desenvolvimento¹ cujo objetivo é identificar, sistematizar e analisar as trajetórias socioprofissionais dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo), ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). A motivação para o desenvolvimento deste estudo reside na necessidade de compreender onde, como e em quais condições os formandos estão atuando, levando em consideração os princípios que deram origem à criação do curso.

O LeCampo surge da demanda, por parte dos movimentos sociais e sindicais, no sentido de garantir uma formação de educadores capaz de atender as necessidades de um projeto de escola que seja vinculado a um projeto de campo e de sociedade numa perspectiva emancipatória. Esta é uma proposição originada na histórica ausência do Estado na garantia do direito à educação aos povos do campo. As pesquisas existentes

demonstram a precariedade física, pedagógica, política e administrativa do que se constitui na atualidade como oferta da escola para as crianças, jovens e adultos que produzem e re-produzem suas existências no território campestre.² Associada a essa situação encontramos a precariedade da formação dos educadores que atuam no campo. Dos 311.025 profissionais em exercício, 61% não tem formação de nível superior.³ O tema permanece ausente dos currículos dos cursos de licenciatura bem como das matrizes formativas dos projetos de formação continuada.⁴

Nesse contexto o LeCampo foi o primeiro curso, em âmbito nacional, a ofertar uma graduação destinada a formação de professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Seu formato se constituiu como referência para que o Ministério da Educação formulasse em 2009 o Programa de Apoio as Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAM-PO). Atualmente temos 33 instituições de educação superior ofertando a licenciatura em Educação do Campo. Dessa forma a pesquisa em desenvolvimento se constitui como relevante à medida que o LeCampo, por ser a experiência seminal, formou as primeiras turmas, e, portanto, os resultados obtidos podem contribuir para a análise das ofertas realizadas no país. Lembrando que em seus 13 anos de existência o curso pode ser considerado como um projeto-piloto, em fase experimental. Daí a importância de estudos que possam contribuir para criar processos e procedimentos capazes de garantir um acompanhamento processual das atividades desenvolvidas.

Vale ressaltar a necessidade de compreender se os egressos estão ingressando nas redes públicas de educação, e, em caso afirmativo, quais desafios e possibilidades essa experiência apresenta. A partir das propostas de integração do Tempo Universidade e Tempo Comunidade, e da necessária relação que integra os educadores em formação no LeCampo com as escolas do campo, uma significativa relação tem se estabelecido entre a atuação das universidades e essas escolas. Como parte das

atividades de Tempo Comunidade, têm sido promovidos cursos e seminários nas escolas do campo para formação continuada dos educadores que atuam nessas escolas, tratando diferentes questões necessárias à qualificação da lógica da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico a partir dos princípios desenvolvidos nas licenciaturas em Educação do Campo.

O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo teve início como oferta experimental com uma turma iniciada em 2005 e outra em 2008. Em 2009 o curso passou a integrar a matriz regular de oferta da universidade.

O curso iniciado em 2005 instalou-se por meio da parceria entre a FaE, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Teve como meta habilitar 60 educadores para a docência multidisciplinar nas séries iniciais do ensino fundamental e por área do conhecimento nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Após um processo de discussão e produção de uma proposta que atendesse às necessidades de formação para educadores do campo, celebrou-se através do Convênio nº 28.000/04, em 29 de dezembro de 2004, a parceria entre o INCRA, por intermédio da Superintendência Regional do INCRA no Estado de Minas Gerais, a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP), tendo como interveniente/executora a FaE para realização do curso de licenciatura para educadores do campo. Em 11 de agosto de 2005, através do Parecer nº 14/2005 o Conselho Universitário da UFMG autorizou o início efetivo das atividades acadêmicas. Os estudantes são integrantes do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento das Mulheres Camponesas, da Cáritas Diocesana e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de

Minas.⁵ Vale ressaltar que essa experiência se constituiu como referência para a formulação, por parte do Ministério da Educação, do PROCAMPO.

O curso com início em 2008 instituiu-se a partir do convite à UFMG, formulado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a fim de desenvolver um projeto-piloto de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito do PROCAMPO. Foram também convidadas a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Nacional de Brasília. As instituições foram indicadas em consequência do acúmulo acadêmico demonstrado com base nos critérios de experiência em formação de educadores do campo e/ou experiências com implementação da licenciatura por área de conhecimento e/ou experiência em gestão compartilhada com os sujeitos do campo e suas representações.

Na FaE o projeto foi discutido e elaborado em parceria com 12 movimentos sociais, três secretarias municipais de educação e com a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Foram aprovados, no processo seletivo, estudantes integrantes da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, do Centro de Agroecologia do Vale do Rio Doce, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, do Movimento dos Pequenos Agricultores, professores da Rede Municipal de Francisco Sá, da Rede Municipal de Miradouro, da Rede Municipal de São João das Missões e da Rede Municipal de Almenara e do grupo técnico da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural.⁶ O curso conta com a participação de 73 estudantes, com duração de quatro anos e habilita para a docência por área do conhecimento nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Em 2009 o curso foi considerado como regular a partir do apoio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sendo assim, passou a se constituir com uma entrada anual de 35 alunos, habilitando professores para a docência num currículo organizado por áreas do conhecimento: Ciências Sociais e Humanidades, Letras e Artes, Ciências da Vida e da Natureza e Matemática. Manteve-se a organização tempos e espaços diferenciados e a formação por área do conhecimento. A oferta das habilitações não é simultânea, isto é, a cada ano é ofertada uma área.

Essas três experiências formativas apresentam como eixos estruturantes a organização dos tempos e espaços formativos em alternância – Tempo Escola realizado na UFMG e Tempo Comunidade realizado nos locais de moradia e/ou de trabalho. Os estudantes permanecem na universidade por 30 dias no início do semestre e realizam atividades por aproximadamente 100 dias no tempo comunidade. São 3.000 horas de formação com duração de quatro anos. Nesse formato temos 10 turmas de ingressantes, com seis turmas concluintes. A ênfase na organização dos estudantes como um dos princípios educativos norteadores e a parceria com movimentos sociais e sindicais se constituem como instrumentos que contribuem para criar canais de participação dos estudantes e de suas organizações sociais na gestão do curso.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma política pública elaborada na perspectiva da luta por direitos instaurada e fortalecida no país nas últimas décadas pelos povos camponeses por meio do Movimento Por Uma Educação do Campo. Esse movimento configura-se como um conjunto estruturado de princípios, conceitos e práticas, visando uma oposição ao modelo da educação rural e, ao mesmo tempo, um projeto de educação vinculado aos interesses dos povos camponeses.

Ao longo de quase duas décadas a Educação do Campo vem se constituindo a partir de três princípios: materialidade de origem, protagonismo dos sujeitos e dos seus contextos, articulação entre um projeto de escola com um projeto de campo e de sociedade numa perspectiva emancipadora.

O Movimento de Luta Por Uma Educação do Campo nasce no desafio da luta pela terra e pela reforma agrária como dimensões estruturantes. Sendo assim, um dos fundamentos da construção desse projeto é a compreensão da sua materialidade de origem: trabalhadores e trabalhadoras do campo em luta pelo direito à terra, ao trabalho, à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, enfim, ao direito de produzir e reproduzir suas existências como camponeses com dignidade.

A luta pela escola é gestada pelos sujeitos coletivos do campo, cabendo a eles o direito de decidir e realizar o projeto pedagógico apropriado aos seus interesses. Esse desafio nos conduz para refletir sobre as diferentes formas através das quais esse protagonismo possa se efetivar, mas ressaltando a importância da presença do sujeito coletivo, isto é, das organizações sociais e sindicais por meio das quais os povos do campo estão se organizando. A Educação do Campo envolve a luta pela escola, mas não se restringe a ela, pois considera as diferentes dimensões da vida como espaços socioeducativos. Sendo assim, as práticas desenvolvidas no ambiente familiar, nos movimentos sociais e sindicais, no trabalho, na igreja, no lazer e no cotidiano assumem centralidade como lugares e tempos de formação do sujeito. Mas é importante registrar a importância da escola nesse processo e, portanto, da necessidade de garantir às populações camponesas o direito de acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino.

A intencionalidade da Educação do Campo vincula-se à construção de um projeto de escola, de campo e de sociedade. Para Fernandes⁷ os paradigmas de desenvolvimento do campo brasileiro são pontos de partida para pensar o projeto de escola. Com essa compreensão Fernandes⁸ sinaliza que “no campo, os

territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais”. Com essa distinção Fernandes⁹ nos convida a pensar que, sendo assim, a Educação também se organiza de forma distinta. O autor então nos mostra as evidências de sua premissa: a educação como dimensão vinculada ao uso do território não é interesse do agronegócio, exceto se estiver vinculada à formação profissional, e o interesse da pesquisa é voltado para o desenvolvimento de tecnologias que gerem aumento de produção. Nesse sentido pode-se falar em Educação Rural. Nessa perspectiva, a Educação do Campo se vincula ao território camponês. É fruto de suas lutas e de suas conquistas.

Materializar estes princípios como perspectiva orientadora para analisar as práticas socioprofissionais dos egressos é um desafio tendo em vista que estes referenciais iluminam também a luta pelo direito à educação e por políticas públicas. Nesse sentido pode-se perguntar: em que medida as práticas formativas desenvolvidas pelos egressos vêm contribuindo para contribuir para ampliar o protagonismo da população campesina no que diz respeito às lutas pela educação; para construir um projeto de escola vinculado a um projeto de campo na perspectiva camponesa?

Com essas referências o desenvolvimento da pesquisa em tela orienta-se por construir uma linha de análise que busca explorar as contradições inerentes ao desenvolvimento do curso no contexto em que se insere. Nesse sentido, foram construídas duas categorias analíticas: impor limites e ampliar possibilidades. O par imposição de limites/ampliar possibilidades ancora-se na perspectiva apontada por Boschetti¹⁰ quando sugere que para uma análise dialética das repercussões de uma política pública faz-se necessário “explorar devidamente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência reconhecer que as políticas sociais podem ser funcionais quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital”.

Desse modo, pergunta-se: quais os limites que as ações dos egressos imprimem aos processos de organização sociopolítica que inibem ou excluem o campo e seus sujeitos de acesso e manutenção dos direitos; e por outro lado como essas ações contribuem para criar e ampliar possibilidades visando o fortalecimento dos modos de produção e reprodução do modo de vida camponês no contexto brasileiro?

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A duração prevista para realização das atividades é de 36 meses, com início em 2017 e término para 2020. Está previsto alcançar os egressos formados entre 2010 e 2017, compreendendo sete turmas, com um total aproximado de 270 egressos.

O referido programa organiza-se em quatro ações: 1) organização das informações (dados pessoais, familiares, educacionais, econômicos e sociais) dos ingressantes; 2) levantamento das pesquisas já desenvolvidas; 3) pesquisa em âmbito censitário da situação dos egressos; e 4) investigações de âmbito regional e/ou local com características qualitativas.

A organização das informações dos ingressantes está se realizando por meio da busca de dados no sistema de cadastro e matrícula da UFMG, do questionário utilizado pelos alunos envolvidos no Programa de Educação Tutorial (PET) para organizar o perfil de estudantes do LeCampo e em pesquisas desenvolvidas com os estudantes durante o processo formativo. O levantamento, a sistematização e a análise das pesquisas já desenvolvidas no âmbito do curso visaram compreender quem, o que e como se produz conhecimentos sobre ele. A pesquisa censitária é feita com aplicação de um questionário estruturado para todos os egressos que concluíram o curso até 2016. O instrumento em tela está em processo de aplicação com disponibilização via Google Docs, com envio pelo correio e, em alguns casos, é respondido de forma presencial diretamente ao pesquisador. As três ações identificadas têm como objetivo principal

produzir informações que serão lançadas em uma base de dados que contemplará dados dos estudantes como ingressantes, durante o período de formação e após três anos de conclusão do curso.

As investigações consideradas como qualitativas são produzidas por meio do uso da entrevista narrativa. Nesse formato o programa conta atualmente com duas pesquisas concluídas e quatro em andamento. A proposta é realizar essa ação por meio de monografias, dissertações e teses. A seleção dos sujeitos a serem entrevistados vincula-se ao interesse do pesquisador em termos de temas, problemas, regiões de interesse, entre outros. Considera-se que os resultados obtidos poderão contribuir para uma compreensão mais qualificada em termos dos desafios e possibilidades relacionados às práticas desenvolvidas pelos egressos.

RESULTADOS PRELIMINARES

Em cerca de 18 meses de realização da pesquisa registra-se que foram iniciadas as quatro ações propostas.

O Banco de Dados com informações dos ingressantes já foi construído e conta com um significativo conjunto de informações inseridas. Aqui vale registrar os desafios relativos ao uso de informações que podem comprometer a privacidade dos sujeitos. Para tanto estamos atualmente em discussão com o Comitê de Ética visando criar processos e procedimentos para que os dados possam ser utilizados por pesquisadores sem prejuízo da necessária garantia do direito dos alunos.

O levantamento das pesquisas já desenvolvidas está em fase de finalização. Foram identificadas um total de 27 trabalhos. Desse total temos quatro que foram desenvolvidas em outras instituições de educação superior e 23 realizadas na UFMG. Cerca de 18 são dissertações e nove são teses. Esse cenário pode ser compreendido a partir do envolvimento da própria instituição em refletir sobre a experiência desenvolvida e pelo tempo que pode ser considerado como curto da realização do curso.

Em 18 anos pode-se considerar que o número de pesquisas demonstra uma preocupação com a produção de conhecimento sobre o tema. Um total de sete trabalhos focaliza a experiência de egressos, fator que coloca essas produções como selecionadas para uma análise mais detalhada.

A pesquisa censitária está em andamento por meio da disponibilização contínua do questionário via Google Docs e por correio postal.

Das investigações consideradas como qualitativas por priorizarem a entrevista narrativa como principal instrumento de coleta de informações temos duas concluídas e cinco em andamento. A pesquisa de Carvalho¹¹ analisou as representações sociais presentes nas práticas artísticas de dois professores egressos (Camila e Lucas) que atuam em escolas do campo na área de Línguas, Artes e Literatura. Foram utilizadas como instrumentos de coletas de informações a entrevista narrativa e a observação em sala de aula. A análise dos dados foi realizada a partir da reconstrução das trajetórias desses sujeitos prototípicos, levando-se em conta a análise do movimento das Representações Sociais a partir das categorias: 1) práticas pedagógicas, 2) práticas artísticas, 3) formação, 4) Educação do Campo, 5) mística, 6) Educação transformadora; e 7) Materialismo histórico dialético. Observa-se que Camila e Lucas, ingressantes em 2011, formaram em 2015 e neste ano foram aprovados no concurso público para atuarem como professores efetivos na rede estadual de educação do Estado de Minas Gerais.

As análises evidenciaram que, a partir da inserção na docência, os dois professores passam a trabalhar com as práticas artísticas como instrumentos pedagógicos de luta por uma educação transformadora e pelo fortalecimento da identidade campesina. A pesquisadora observa que as práticas artísticas realizadas pelos educadores têm possibilitado a estes desenvolver processos formativos na disciplina de Língua Portuguesa, como formação interdisciplinar, o que revela a importância da formação por

área do conhecimento Língua, Arte e Literatura, no processo de superação da compartimentalização das disciplinas escolares.

A pesquisa de Santos¹² teve como objetivo analisar as representações sociais de egressos do LeCampo sobre o campo. Partindo da compreensão de campo como um território em disputa por grupos sociais que buscam construir projetos diferenciados de campo, considerou-se como relevante compreender com qual projeto de campo os egressos atuam em suas práticas socioprofissionais. Foram entrevistados sete egressos formados nos anos de 2011 (2), 2015 (2), 2016 (1) e 2017 (2). Desse total constatou-se que cinco egressos atuam em funções relacionados ao ambiente escolar (diretor, professor, gestor de políticas públicas), um como assessor parlamentar na área educacional e um como assessor sindical. Os resultados obtidos indicaram que os egressos apresentam em suas formas de pensar, sentir e agir na prática socioprofissional a partir da compreensão do campo como um território em disputa, buscando valorizar o projeto campesino. Ressalta-se que os participantes afirmaram a importância do curso como um tempo/espaço que lhes permitiu construir uma representação de si mesmos, dos outros, da escola, do campo e da sociedade numa perspectiva de luta por direitos, incluindo o direito de produzir e reproduzir suas existências como sujeitos campesinos.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Os resultados até então obtidos apontam para uma inserção socioprofissional dos egressos no ambiente escolar de forma qualificada. O fato de encontramos egressos que passaram em concursos e foram efetivados é indicador de uma inserção que pode criar condições para uma atuação docente significativa junto aos jovens campesinos. Considera-se que a presença de egressos que conseguem se inserir no mercado de trabalho fortalece o curso na universidade e ao mesmo tempo solidifica-o como referência para jovens campesinos que pretendem se constituir como docentes.

O envolvimento com práticas comprometidas com os princípios da Educação do Campo pode se tornar, a médio e longo prazo, um processo que fortalecerá esse projeto no chão da escola. Professores que atuam com clareza de um projeto de escola que se vincula a um projeto de campo e de sociedade, trazem para a escola práticas diferenciadas e vinculadas a sujeitos e práticas que historicamente são excluídos do direito de acesso e permanência no ambiente escolar.

Pode-se afirmar, mesmo com resultados ainda preliminares, que existem evidências apontando para a possibilidade de que um número de egressos está atuando de forma substantiva e qualificada no ambiente escolar. Ainda que seja importante a inserção em contextos educativos extraescolares, considera-se que, tendo em vista a precariedade da oferta escolar para a população camponesa, torna-se relevante a constatação de uma maior participação dos egressos na luta pela conquista do direito à educação partindo de uma atuação como profissionais das redes públicas.

NOTAS

- ¹ Esta pesquisa conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ; PROBIC/FAPEMIG) – Pró-Reitora de Pesquisa/UFMG.
- ² Maria de Fátima Almeida Martins e Fernando Veiga Conde, A dialética campo-cidade e o desafio de educar, *Presença Pedagógica*, v. 17, p. 38-41, 2011.
- ³ Mônica Castagna Molina e Salomão Hage, Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior, *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015.
- ⁴ Maria Isabel Antunes-Rocha, *Da cor da terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.
- ⁵ M^a Isabel Antunes-Rocha e Aracy Alves Martins, *Formar docentes para a Educação do Campo: desafios para os movimentos sociais e para a universidade*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
- ⁶ FaE/UFMG, 2008.

- ⁷ Bernardo M. Fernandes, Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais, em Mônica C. Molina (org.), *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- ⁸ *Ibidem*, p. 29.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ Ivanete Boschetti, *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*, Curso de Serviço Social, UNB, Brasília, 2012, p. 6, disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>, acesso em 16 out 2019.
- ¹¹ Cristiene A. da S. Carvalho, *Representações sociais das práticas artísticas na atuação de professores do campo*, tese (doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- ¹² Ellen Vieira Santos, *Representações sociais de egressos da Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG sobre o campo*, dissertação (mestrado profissional em Educação e Docência – PROMESTRE), Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.